



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ICICT
Instituto de Comunicação e Informação
Científica e Tecnológica em Saúde

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

**25 ANOS DO PROGRAMA RADIS: UMA ANÁLISE SOBRE A RELAÇÃO
COMUNICAÇÃO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE.**

Por

FABRÍCIO FONSECA ÂNGELO

Projeto apresentado ao Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Peiter

Rio de Janeiro, dezembro de 2007

SUMÁRIO

<u>1 INTRODUÇÃO</u>	<u>3</u>
<u>2 JUSTIFICATIVA</u>	<u>4</u>
<u>4 REFERENCIAL TEÓRICO</u>	<u>5</u>
<u>5. OBJETIVOS</u>	<u>22</u>
<u>6. METODOLOGIA</u>	<u>23</u>
<u>7. RESULTADOS ESPERADOS</u>	<u>25</u>
<u>8. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA</u>	<u>26</u>
<u>9. CRONOGRAMA.....</u>	<u>28</u>
<u>10 ORÇAMENTO</u>	<u>29</u>

1. Introdução

Este projeto visa a elaboração de pesquisa relativa aos estudos das matérias publicadas pela revista Radis, de dezembro de 1986 a fevereiro de 2008, que relacionem os temas saúde e meio ambiente, assim como as correspondências enviadas à seção de cartas relativas a essas matérias.

No primeiro capítulo faremos um histórico da Divulgação Científica no Brasil, abordando o Jornalismo Científico e sua importância para a alfabetização e informação científica. Também abordaremos a história da luta ambiental no país e suas consequências para a nova ótica da comunicação ambiental.

Nos outros capítulos falaremos sobre a Fiocruz seus múltiplos papéis em particular o papel da divulgação científica da instituição e a criação da RADIS que será abordada em um capítulo próprio onde levantaremos as matérias escolhidas e as correspondências enviadas durante o período de estudo.

Os capítulos finais serão destinados à metodologia da pesquisa, os objetivos, orçamento e seus resultados esperados.

2. JUSTIFICATIVA

O **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde) é um programa nacional de jornalismo em saúde pública, ligado à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que completou 25 anos em 2007.

Um dos temas tratados na revista é a relação entre saúde e meio ambiente. Estes dois aspectos (saúde e ambiente) não podem ser dissociados segundo o enfoque ecossistêmico da saúde (Minayo, 2002).

Por este motivo é importante que as informações relativas a essas duas áreas do conhecimento cheguem ao cidadão de forma clara inserindo o contexto científico no cotidiano da população.

Neste sentido, o estudo em foco tem o objetivo de avaliar o discurso da revista em relação às matérias tratam dessa temática (saúde e ambiente) para verificar se a facilitação da mensagem está sendo atingida. A metodologia utilizada consistirá da análise das correspondências enviadas à seção de cartas, para avaliar a eficácia da divulgação científica e apontar os pontos que podem ser melhorados.

Também utilizaremos uma metodologia de qualificação para as matérias seguindo uma matriz hierárquica que avaliará quesitos jornalísticos e científicos para cada publicação estudada.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A divulgação da informação científica

A divulgação científica no Brasil tem pelos menos dois séculos de história, a exemplo do que ocorreu em outros países, apresentou fases distintas, com finalidades e características peculiares que refletiam o contexto e os interesses da época. No Brasil dos séculos XVI, XVII e XVIII uma colônia portuguesa de exploração, atividades científicas ou mesmo de difusão das idéias modernas eram praticamente inexistentes. O país tinha uma baixíssima densidade populacional, era mantido rígido controle e o ensino, quase unicamente elementar, esteve nas mãos únicas dos jesuítas até meados do século XVIII.

Na segunda metade do século XIX as atividades de divulgação se intensificaram em todo mundo na seqüência da segunda revolução industrial na Europa. Uma onda de otimismo em relação aos benefícios do progresso científico e técnico – expressa na realização das grandes exposições universais, iniciadas pela de Londres, em 1851, e nas quais o Brasil teve participação a partir da exposição de 1862 – percorreu o mundo e atingiu, ainda que em escala menor, o Brasil. Naquele momento, o que poderia ser chamado de pesquisa científica no país era ainda restrito a pouquíssimas pessoas, estrangeiros residentes ou de passagem pelo país ou brasileiros que seguiram cursos em instituições estrangeiras. As atividades eram geralmente realizadas de forma individual e em algumas poucas áreas como astronomia, ciências naturais e doenças tropicais. Nesta época, surgiu entre o público ilustrado um interesse grande, embora difuso, por temas ligados às ciências. A divulgação científica que passou a ser realizada tinha como característica marcante a aplicação das ciências às artes industriais. Do ponto de vista da divulgação da ciência nos periódicos, a análise do catálogo da Biblioteca nacional mostra que, ao longo de todo o século, foram criados cerca de 7.000 periódicos no Brasil, dos quais aproximadamente 300 relacionados a alguma forma de ciência.

Segundo MOREIRA *et al* (2002) “As últimas três décadas tem sido um período particularmente rico em experiências de divulgação científica, embora o país ainda esteja longe de ter uma atividade ampla, abrangente e de qualidade nesse domínio”.

Nos anos 70, a divulgação científica como as reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ganhou repercussão pública e na imprensa e atraíram milhares de cientistas, professores devido a políticas ligadas à oposição à ditadura militar. A partir dos anos 80, novas atividades de divulgação começaram a surgir, principalmente nas páginas de jornais diários, as quais seções de ciências foram criadas. Apareceram também as primeiras tentativas de se produzir programas de TV voltados para a ciência.

Hoje o espaço dedicado à ciência nos jornais é, no geral, bastante limitado e há ainda poucos jornalistas especializados em ciência, parte significativa dos artigos sobre ciência que são publicados é constituída de traduções de textos comprados ou disponibilizados de jornais e revistas do exterior.

Para FILHO (2002),

a alfabetização científica, a popularização da ciências e a educação científica em grande escala não são apenas metas generosas e opcionais para amenizar a vida de nosso povo carente e pobre. São condições *sine qua non* de melhoria substancial de seus padrões de existência, de elevação efetiva de seu nível cultural, bem como de seu mais sólido e consistente desenvolvimento democrático

A divulgação científica deve ser vista como uma forma de informar à população sobre novos experimentos que podem influenciar seu cotidiano.

3.2 O Jornalismo Científico

O Jornalismo Científico surge com o alemão Henry Oldenburg (1618- 1677) no século XVII , que combinou o caráter informal e fragmentado das cartas com o potencial de alcance dos textos impressos, sendo o considerado o “pai” deste tipo de jornalismo. Jornalistas americanos e europeus ávidos por informações sobre as novas armas utilizadas na I Guerra (1914-1919), criaram as primeiras associações de Jornalismo científico. Nos EUA, o jornalismo científico encontrou campo fértil

devido ao reconhecimento de que a C&T são elementos fundamentais para a expansão territorial e econômica. Segundo o jornalista Steve Mirsky (1998), “Fazer jornalismo científico é o privilégio de ser porta-voz da fronteira do conhecimento humano”.

Já no Brasil após os governos imperiais e militares a década de 20 é mais intensa pela busca de conhecimento científico, o Rio de Janeiro, capital da república, se destaca . O país tem em José Reis (1907–2002), médico, educador e jornalista seu maior expoente, sendo considerado o patrono do Jornalismo Científico no Brasil, e um dos fundadores da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Nos últimos 20 anos o país pulou do 21º (0,4%) para o 18º lugar (1,4%) no mundo em produção de conhecimento científico, passando a pertencer ao IDC (Innovative Developing Countries) que são países com capacidade de pesquisa bastante desenvolvida, embora não sejam ainda líderes econômicos. Isso faz com que o Jornalismo Científico seja de grande importância e que as pautas relacionadas à ciência ocupem cada vez mais espaço nos meios de comunicação, mas para que essa situação se consolide é preciso preparar nossos profissionais para não cometerem erros científicos grosseiros que por muitas vezes são criticados pelos pesquisadores.

Para OLIVEIRA, (2002),

O profissional de jornalismo científico deve ter visão crítica e interpretativa da ciência, é o fim da cultura de “papagaios de cientistas”.

O texto de jornalismo deve ser enxuto e sintético,. o jornalismo científico não se restringe à cobertura de assuntos específicos de C&T, o conhecimento científico pode ser utilizado para compreender qualquer aspecto, fato, ou acontecimento de interesse jornalístico. Assim a informação científica pode estar presente em qualquer editoria: geral, de política, economia, até de polícia e esportes.

O jornalismo científico é uma importante ferramenta da divulgação, pois leva à ciência á uma parcela da população que pouco entende ou se interessa por pesquisas e inovações. Se torna indispensável mostrar a essa camada dos cidadãos que a ciência é parte de seu cotidiano, está ligada a cada passo que se dá, seja em casa, no trabalho ou no lazer.

3.3 O Jornalismo Ambiental

Em 1992 as atenções do mundo se voltaram para o Rio de Janeiro, onde acontecia a conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. A partir daí foram dados passos decisivos para o que hoje poderia ser chamado de globalização dos problemas ambientais. Neste momento a imprensa começou a noticiar mais sobre meio ambiente, com reportagens e artigos sobre os mais variados assuntos dentro da pauta ambiental. O meio ambiente é objeto de investigação constante desde então.

Neste sentido, é possível dizer que a mídia é responsável pelo aumento de conscientização da população acerca dos problemas ambientais, somado ao esforço contínuo de ONG's ambientalistas e órgãos de governo, preocupados com a devastação do meio ambiente. Contudo, a mídia precisa se conscientizar de que o que publica ou veicula vai afetar diretamente a vida do cidadão.

A cobertura jornalística do meio ambiente mostra que é necessário contemplar realidades e instâncias distintas no processo de comunicação que se orienta para esta temática. Segundo BUENO (s.d),

A cobertura apresenta singularidades quando se considera a imprensa de informação geral ou de negócios, a imprensa segmentada ou especializada em meio ambiente, a publicidade, os canais de marketing, ou ainda quando se focaliza, especificamente as diversas mídias ou ambientes midiáticos, como o rádio, a TV e a Internet. Em virtude das peculiaridades de cada mídia e do perfil de sua audiência, o discurso varia assim como sua capacidade de influência

De acordo com ERBOLATO (1981, pg. 152 a 154),

A desapropriação de áreas onde existam espécimes raros da flora e da fauna, o desaparecimento de animais em consequência da alteração de seu habitat e o uso de defensivos agrícolas tem preocupado bastante os cientistas, e também os jornalistas. Toneladas de peixes que vêm a tona, mortos, em rios, quando alguma indústria neles despeja seus resíduos, são notícias não muito raras. Jornalisticamente, devem ser feitos levantamentos e denúncias de tudo quanto prejudique a vida humana, seja na cidade, seja nos campos, e ser impedida a fabricação de produtos que possam causar a destruição de animais. Talvez seja essa hoje, uma das mais prioritárias missões que se possa atribuir à imprensa, pois se tudo caminhar como atualmente, é difícil saber o que acontecerá dentro de um ou dois decênios.

Inúmeras ONG's ambientalistas também praticam e podem se identificar, com esta modalidade de jornalismo, o caráter positivo da militância., Quando identificado com a causa ambiental, o jornalismo é engajado e comprometido, fazendo valer a sua opinião.

São características importantes, a especialização do jornalista, que exista no profissional uma visão sistêmica e holística. que o profissional se veja como um agente social, decodificando e democratizando a informação. É importante também a interação com as fontes. Infelizmente não vemos um grande apoio das instituições de ensino da Comunicação ao Jornalismo Científico e Ambiental fazendo com que jovens e promissores profissionais não se interessem pela área que está em expansão contínua.

De acordo com TRIGUEIRO (2005),

Na era da informação, na idade média ,onde os profissionais da comunicação pertencem ao que se convencionou chamar de Quarto Poder, meio ambiente ainda é uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo, que extrapola a flora e fauna. O interessante é que esse sentido mais amplo, está na origem da expressão meio ambiente, que reúne dois substantivos redundantes: meio (do latim *mediu*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente , palavra composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb* (ao redor, à volta) e o verbo *ire* (ir). Ambiente portanto, seria tudo o que vai à volta. Mas dizer que meio ambiente é tudo seria simplificar demais a questão.

A Comunicação Ambiental tem áreas de intersecção importantes, referindo-se a temas, como a questão do lixo urbano, a poluição industrial, e assim por diante, é importante que estas questões sejam vistas sempre sob uma perspectiva crítica. Essa comunicação tem uma atuação fundamental também na rede, buscando desta forma trazer à sociedade em geral, de forma leve e facilmente compreendida, histórias e opiniões sobre causas e efeitos da proteção e degradação ao meio ambiente. Segundo GIRARDI (2004) “Paralelamente à avalanche de notícias que são passadas pela mídia existe um crescente grau de desinformação na nossa

sociedade. Isto nos impede de tomar decisões que dizem respeito ao tipo de sociedade que queremos para viver, ou que estamos construindo para nossos filhos. Outras vezes decidimos de forma equivocada ou simplesmente ficamos imobilizados frente a tantos horrores que chegam a nossa casa através da mídia ou via Internet”.

Há um desafio epistemológico a ser vencido e ele diz respeito à própria delimitação do campo, às suas tangências e às suas inserções em campos correlatos. Tem a ver ainda com a relação entre a teoria e a prática do jornalismo ambiental com um universo mais amplo, que podemos identificar como o “saber ambiental”. Em fevereiro deste ano, a Unep (United Nations Environmental Program), órgão das Nações Unidas para o Meio Ambiente, através do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) divulgou um relatório com relação aos efeitos já ocasionados pelas mudanças climáticas e suas principais causas. Por esse relatório ficou claro que o homem é o grande responsável pelas drásticas mudanças globais que vêm ocorrendo nos últimos séculos, através principalmente da emissão de CO₂.

Segundo SOUSA e FERNANDES (s.d.),

Na sociedade atual, quando as Ciências Humanas estão voltadas para os valores do meio ambiente, o fenômeno da globalização padroniza os interesses dos habitantes do planeta, torna-se necessário que se busque analisar criticamente os fatos comunicacionais na sua interface com a economia, com a ecologia, uma vez que a mídia perpassa tudo, desde o contexto sócio-histórico em que ocorrem os fatos, até os processos de produção, transmissão e recepção das formas simbólicas que têm o poder de manipular os seres humanos.

Temos a convicção de que alguns equívocos que podemos observar nessa área derivam da tentativa recorrente de reduzir este campo a dimensões e perspectivas específicas como, por exemplo, as que privilegiam os aspectos técnico-científicos e econômicos. Este reducionismo conceitual esvazia o campo do jornalismo ambiental exatamente porque compromete a sua condição de disciplina e prática inter e multidisciplinares e tem servido para atender a interesses que penalizam a sociedade.

Em seu mesmo artigo, a jornalista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro GIRARDI (2004) afirma que,

.....nestes tempos de crise os jornalistas ambientais devem manter uma vigilância permanente para não se deixar seduzirem por comportamentos mais fáceis. Devem ter conhecimento histórico, porque este pode nos livrar de armadilhas e fornecer os instrumentos para analisar a realidade presente. E nunca perder a perspectiva da ética que nos indica os caminhos da justiça, da compaixão, da busca do bem e da felicidade para todos. Isto pode ser resumido pela ética do cuidado que nos ensina, conforme o teólogo Leonardo Boff, a ter um cuidado amoroso conosco e com os outros seres da natureza.

A busca pela sustentabilidade é dever de todos, temos que estar e ser informados de como nossas ações cotidianas podem influenciar em um sistema tão complexo e frágil como o ambiente. Há anos estamos adaptando a Biosfera as nossas necessidades essenciais ou supérfluas. É preciso parar e discutir sobre o real desenvolvimento sustentável, aquele que segundo BRUNDTLAND “é aquele que atende às necessidades presentes sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”.

Para BUENO (2006),

Na prática, assim como outros conceitos em uso na área de comunicação (responsabilidade social, comunicação integrada, comunicação estratégica etc), este enunciado, em virtude de sua proposta genérica, tem sido flexibilizado para atender a interesses outros e para legitimar ações empresariais que se afinam com uma ideologia meramente reformista.

No fundo, ele encerra dois outros conceitos, também bastante controversos, em função dos seus usos e leituras: o conceito de desenvolvimento e o conceito de necessidades. Afinal de contas, de que desenvolvimento e de que necessidades estamos falando? O desenvolvimento e as necessidades que interessam aos países hegemônicos ou aos países pobres? A globalização e o livre comércio (com seus terríveis impactos) estão sendo considerados como agentes desenvolvimentistas? A diversidade cultural está sendo assumida nesse conceito? As necessidades significam posse de bens supérfluos e que impactam o meio ambiente ou levam em conta aquelas que são básicas para o ser humano em todo o planeta?

Não devemos deixar que este conceito de sustentabilidade caia no popular ou que entre no rol das palavras “marqueteiras”. O chamado marketing verde está em alta entre as empresas, devido ao populismo dos fatos preservacionistas e também a estrutura do ISO 14001.

A informação ambiental deve ser de fácil entendimento pelo leitor e também conter os aspectos científicos citados pela fonte. É que o meio acadêmico chama de “vulgarização do saber”. Uma boa reportagem ambiental deve estar profundamente embasada em conceitos técnicos, mas com uma tradução simples e objetiva.

De acordo com BERNA (2002),

a comunicação ambiental não é neutra é um instrumento que tanto pode estar a serviço de grupos e pessoas empenhadas sinceramente na defesa do meio ambiente, quanto movidas por interesses individuais ou corporativos que contratam profissionais para tentar passar uma imagem de ambientalmente responsáveis, sem ser, para se apossarem de recursos naturais ameaçados antes que se tornem indisponíveis ou caros demais tirar de onde está. Diante da impossibilidade de neutralidade, o profissional de comunicação ambiental precisa balizar sua conduta por um código de ética ambiental.

Existe um longo caminho a ser trilhado, e o primeiro passo é o investimento no profissional da comunicação para que a cobertura ambiental se dinamiza, conquiste leitores, influencie as população na tentativa de mudar a forma como administramos nossos recursos naturais, seja através de medidas governamentais ou individuais.

3.4 O Jornalismo em Saúde

A relação entre comunicação e saúde constituiu-se historicamente, de forma mais explícita, desde que o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), criado em 1920, incluiu a propaganda e a educação sanitária como estratégia para fazer face às questões da saúde, principalmente epidemias e adoção de medidas higiênicas. Os anos 40 consolidaram o papel da educação e da comunicação na saúde e sua articulação com as políticas do setor, com a criação por Getulio Vargas do Serviço de Educação Sanitária, que tinha por objetivo disseminar informações sobre as doenças e os procedimentos de prevenção, produzindo materiais e metodologias educativas utilizados por uma rede de organizações e serviços veiculados pelos meios de comunicação.

Segundo ARAÚJO *et al* (2007),

Encontramos nas instituições de saúde certo número de atividades que se caracterizam como de comunicação. Três são mais comuns e freqüentemente identificadas como “a” comunicação. São as de responsabilidade das assessorias de comunicação social, principalmente nos seus aspectos de gestão de imagem pública da instituição; aquelas conhecidas como divulgação científica (que preferimos chamar de divulgação pública da ciência), que se encarrega da determinação num nível amplo e leigo dos conhecimentos científicos produzidos; e aquelas englobadas pela comunicação organizacional, que dizem respeito aos processos internos às organizações de produção, circulação e apropriação da informação.

A área do jornalismo que cobre as pautas de saúde é a parte do jornalismo científico que mais se vê nas mídias. Todos os jornais ou programas jornalísticos trazem matérias sobre a área de saúde e é também onde se investem a maior parte do orçamento das pesquisas no Brasil.

As estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) confirmam, de certa forma, a preferência da mídia pelas ciências exatas, da terra e biológicas. A medicina, embora geralmente mereça uma seção à parte no noticiário, muitas vezes se enquadra na cobertura científica. São freqüentes as matérias sobre descobertas na área médica.

Segundo BUENO (2002),

A divulgação em saúde cumpre uma função indireta na mudança dos hábitos de vida, mantendo o conhecimento já adquirido e provendo novas informações. Quando os assuntos de saúde são colocados em pauta, como resultado de uma discussão ou experiências pessoais, esse conhecimento ajuda a formar o modo de reação dos indivíduos às situações que têm de enfrentar ao longo da vida. (...)

Pesquisa realizada pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Umesp (Universidade Metodista de São Paulo) afirma que a imprensa tem valorizado a cobertura nacional de saúde, dando maior equilíbrio entre as

referências nacionais (49%) e internacionais (43%). Em relação ao conteúdo de ambas é que se pode verificar certa discrepância. Embora o dado não esteja quantificado, a leitura das matérias mostrou que quando se trata de divulgar pesquisas científicas e desenvolvimentos da medicina, em geral, são citadas universidades e centros de pesquisa estrangeiros (de países desenvolvidos). No caso das matérias nacionais, muitas delas são sobre fatos ligados a aspectos do subdesenvolvimento, como desnutrição, epidemias, precariedade dos serviços de saúde. Mas estão também muito ligadas a temas concretos do cotidiano como poluição ambiental nos grandes centros, doenças sazonais e outras, caracterizando-se, muitas vezes, por um jornalismo de serviços.

Segundo BUENO (2002),

No processo de comunicação em saúde, existe uma premissa básica: o estabelecimento de um fluxo ágil e permanente de informações qualificadas é fundamental, particularmente quando a ele se agrega a possibilidade de uma interação democrática entre emissores e receptores destas informações. Os exemplos são inúmeros e absolutamente contundentes. Eles confirmam a tese de que o investimento em educação para a saúde representa um vetor importante na prevenção de doenças e na definição de políticas públicas que atendam aos segmentos menos favorecidos da população.

A comunicação em saúde deve ser vista como uma modalidade singular da divulgação científica, certamente amais importante, se levarmos em conta o espaço e tempo a ela dedicados pelos meios de comunicação de massa.

Assim, o jornalismo de saúde é potencialmente útil, inclusive, na promoção da saúde do público; para educação nas ações preventivas; como estimuladora da consciência dos indivíduos sobre a área; e para monitorar as políticas públicas.

3.5 A Fiocruz e a divulgação científica

3.5.1 A história da Fundação Oswaldo Cruz

A história da Fundação Oswaldo Cruz começa em 25 de maio de 1900, com a criação do Instituto Soroterápico Federal. Inaugurado com o objetivo de fabricar soros e vacinas contra a peste bubônica, o Instituto tem como primeiro diretor geral o Barão de Pedro Afonso e como diretor técnico o jovem bacteriologista Oswaldo Cruz. O local escolhido para construção do prédio central, chamado futuramente de Pavilhão Mourisco, foi a região da antiga Fazenda de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Nasceu com a missão de combater os grandes problemas da saúde pública brasileira. Para isso, moldou-se ao longo de sua história como centro de conhecimento da realidade do País e de valorização da medicina experimental. Em 1902, Oswaldo Cruz assumiu a direção geral do Instituto, ampliando suas atividades, que passaram a incluir a pesquisa básica aplicada e a formação de recursos humanos, deixando de se restringir à fabricação de soro antipestoso.

A Fiocruz tem sua base fincada num campus de 800.000 m² no bairro de Manguinhos, Zona Norte do Rio de Janeiro. Em torno dos três históricos prédios do antigo Instituto Soroterápico Federal – o Pavilhão Mourisco, o Pavilhão do Relógio e a Cavalaria -, funcionam dez de suas 13 unidades técnico-científicas e todas as unidades de apoio técnico-administrativas. Outras cinco unidades situam-se nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Manaus. Afora essas unidades fixas, a Fiocruz está presente em todo o território brasileiro, seja através do suporte ao Sistema Único de Saúde (SUS), na formulação de estratégias de saúde pública, nas atividades de seus pesquisadores, nas expedições científicas ou no alcance de seus serviços e produtos em saúde.

3.5.2 A Fundação Oswaldo Cruz

Em 1908, o Instituto Soroterápico Federal foi rebatizado como Instituto Oswaldo Cruz. Nesse ano, as campanhas de saneamento capitaneadas pelo sanitarista

passaram a atingir o interior do País, o que colaborou de forma decisiva para o desenvolvimento nacional. O levantamento pioneiro sobre as condições de vida das populações do interior, realizados pelos cientistas de Manguinhos, fundamentou debates acirrados e resultou na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920.

Após a Revolução de 30, o Instituto foi transferido para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Embora beneficiado com maior aporte de recursos federais, Manguinhos perdeu autonomia, parte de seu pessoal, e se tornou mais vulnerável às interferências políticas externas.

Nas décadas de 50 e 60, o Instituto defendeu o movimento para a criação do Ministério da Ciência e a transferência do setor de pesquisa para o novo órgão. No entanto, o Ministério da Educação e Saúde Pública dava mais prioridade para a produção de vacinas. Esta polêmica culminou no Massacre de Manguinhos, em 1970, com a cassação dos direitos políticos e aposentadoria de dez renomados pesquisadores da instituição.

Em 1970, foi instituída a Fundação Oswaldo Cruz, congregando inicialmente o então Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde (posteriormente Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP) e o Instituto Fernandes Figueira (IFF). As demais unidades que hoje compõem a Fiocruz foram incorporadas ao longo dos anos. Em 1985, eles foram reintegrados.

3.5.3 O Programa Radis

Idealizado pelo economista sanitário Sérgio Góes de Paulo, o **Programa Radis** (Reunião, Análise e Difusão de Informações sobre Saúde) é um programa nacional de jornalismo em saúde pública, ligado à Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), órgão Ministério da Saúde.

Criado em 1982 na Ensp, o Programa Radis surgia como projeto no mesmo ano em que se confirmaram os primeiros casos de Aids no estado de São Paulo, enquanto a Fiocruz apresentava as primeiras vacinas contra o sarampo, fabricadas no Brasil. O objetivo inicial era levar a informação em saúde a profissionais e ex-alunos da Ensp (Escola Nacional de Saúde Pública). A idéia foi aprovada e

patrocinada por Mozart de Abreu e Lima, secretário geral do Ministério da Saúde na gestão Waldyr Arcoverde que queria saber como a saúde estava sendo vista atrás dos muros do ministério. Surgem as revistas *Súmula*, de periodicidade mensal, utilizava os *clippings* diários de jornais e revistas para oferecer aos leitores um panorama da área da saúde no país, e uma amostra de que modo as questões da área eram abordadas na grande imprensa teve 88 edições, a revista *Tema* quadrimestral, aprofundava um determinado assunto relevante à Saúde e ao momento, por meio de reportagens mais extensas, entrevistas e artigos com 23 edições e a revista *Dados* também quadrimestral, apresentava estatísticas e dados acerca de assuntos importantes, comentados por especialistas. com 20 edições.

Em 1985, o sanitarista Sérgio Arouca é indicado para a presidência da Fiocruz, criando um projeto de reestruturação e promovendo a revitalização do Radis, atribuindo-lhe um novo objetivo, o de difundir o debate político e técnico em torno da proposta de reorganização do sistema de saúde e, principalmente, fortalecendo a coesão política do movimento sanitário. A equipe era composta por economistas, sociólogos, médicos, demógrafos e estagiários e foi agregando aos poucos profissionais de jornalismo, pois era intenção da coordenação do projeto lhe dar uma linguagem mais jornalística para que atingissem o público - alvo em todos os cantos do país. Em 88, o Radis ganhou perfil mais amplo e jornalistas com experiência em grandes redações foram convidados a trabalhar no projeto, era o ano da instalação da Constituinte, e para dar o pontapé inicial o programa lançou *Proposta, o Jornal da reforma sanitária*, que colocaria em debate as teses do Movimento Sanitarista – base do texto da C.Fde 88 e da Lei Orgânica da Saúde.

A aposta no jornalismo começou a dar resultados, a primeira reportagem investigativa do Radis, sobre saúde do trabalhador, foi publicada na *Tema* nº 9, de novembro de 1987. O repórter Marcos Barros Pinto viajou ao Vale da Ribeira, no sul paulista, para levantar a situação de saúde dos agricultores locais. Intitulada “Vale do Ribeira, o crescimento das intoxicações”, a reportagem anunciava os números alarmantes de envenenamento por agrotóxico e coletava depoimentos que comprovavam o descaso com a proteção da saúde.

Em 1990, após sucateamento e falta de apoio, a Radis passou de projeto a programa permanente de comunicação em saúde da Fiocruz.

Segundo a cientista e presidente do Conselho de Estudos da Saúde, Sonia Fleury, “o trabalho do Radis é da maior importância para a saúde pública, especialmente porque um dos nossos principais desafios é levar para a sociedade uma outra visão da área. Enquanto a imprensa comercial foca o modelo curativo, baseado na doença, e os problemas de atendimento no SUS, os sanitaristas defendem que seja divulgada uma compreensão da saúde baseada na determinação social. Esta é uma luta ideológica, que obriga a sociedade a repensar as suas práticas, políticas e técnicas. A Radis é um desses instrumentos e cumpre papel fundamental”.

3.5.4 As revistas *Súmula* e Radis

*A revista *Súmula**

Uma das primeiras publicações do programa, a revista *Súmula* tinha como finalidade o acompanhamento crítico das notícias sobre saúde publicadas na imprensa. A chamada principal da primeira *Súmula* foi “Pólio, o êxito das campanhas” sobre a queda brusca de incidência da poliomielite no Brasil.

E, 1984 o orçamento do Radis sofreu cortes e precisou reduzir a periodicidade das publicações. Se no anterior havia produzido 13 números de *Súmula*, dois anos depois de sua criação conseguiu-se publicar seis edições e, no seguinte, apenas três, mas em 1985 após período de ostracismo o projeto ressurgiu mais forte. Com o sanitarista Sérgio Arouca na presidência da Fiocruz o Radis foi revitalizado, se transformando no difusor do debate político e técnico em torno da proposta de reorganização do sistema de saúde e, principalmente, fortalecendo a coesão política do movimento sanitário.

O programa ganhou caráter mais amplo por volta de 1986 e 1987. Na época, jornalistas da grande imprensa foram chamados para abordar de forma mais acessível questões da ciência, tecnologia e saúde e difundir as teses do Movimento

Sanitário, que serviram de base para a Constituição de 88 e a Lei Orgânica da Saúde. Para atender a esses novos objetivos.

A revista RADIS

Em 2002, uma “revolução no programa: Súmula, Tema e Dados deram lugar a uma revista mensal, a *Radis*, que com projeto editorial e gráfico inteiramente novos e um volume muito maior de páginas por ano – hoje são 304 páginas anuais, ante o pico anterior, de 276 – a capa ganhou cor, com miolo em preto e branco se tornando colorida em 2005, com reportagem feita na Amazônia. Se tornou um veículo destinada a não só incorporar as qualidades e funções das publicações anteriores, como também a proporcionar um salto qualitativo na prática jornalística na área da Saúde. Em 2004 o programa passou a publicar a versão integral da revista em formato HTML e seu endereço na web foi simplificado (www.ensp.fiocruz.br/radis). A revista é enviada para 42 mil assinantes de todo o país, chegando a 60 mil exemplares de tiragem. Tal cadastro abrange todas as secretarias de saúde do Brasil, municipais e estaduais, muitas organizações governamentais e não governamentais ligadas à saúde, associações sindicais e de moradores, escolas e profissionais de todos os níveis das áreas da saúde e afins. A cessão da assinatura é gratuita, fundada no princípio constitucional de que "saúde é direito de todos e dever do Estado". Segundo seus editores “ O Radis entende que tal princípio inclui como dever do Estado e direito de todo brasileiro o acesso a informações claras, precisas e qualificadas sobre saúde”.

3.5.4.1 As correspondências

Segundo pesquisa entre os assinantes, os principais leitores das revistas do programa são em sua maioria pessoas ligadas a área de saúde, privada e principalmente pública.

Em dezembro de 1986, a revista *Súmula* de nº 15 publica as primeiras seis cartas enviadas por leitores que comentavam sobre algumas matérias e teciam elogios ao programa.

A *Súmula* até 2002, havia publicado nove cartas resumidas de leitores, apesar de receber mais de setenta por mês. Ao todo foram cerca de 280 cartas enviadas à redação.

Segundo ERBOLATO (1991) “a seção de cartas é o local onde é publicada, em resumo (e excepcionalmente na íntegra), a correspondência remetida ao jornal ou revista, contendo sugestões, aplausos ou críticas a matérias divulgadas ou às autoridades”.

Já a revista *Radis*, criada em 2002, já começa com sua seção de cartas, respondendo as dúvidas e agradecendo aos elogios dos leitores. Até outubro de 2006, foram publicadas e respondidas mais de 340 cartas.

3.6 A relação Saúde e Ambiente

Para CANFALONIERI (2002),

Um estudo histórico comparativo da destruição ambiental ao longo dos séculos, entre diferentes países das Américas, talvez revelasse pressupostos, percepções e motivações subjetivas que ainda persistem na sociedade contemporânea. Uma delas seria a postura antropocêntrica, na qual o homem acredita que o resto da “criação” exista somente para servi-lo. Uma outra talvez fosse a percepção da inesgotabilidade dos recursos naturais, visão deformada construída a partir da constatação de uma grande abundância dos mesmos.

Também interessante seria uma história biológica para se reconstituir a evolução ambiental no país trazendo ao conhecimento aspectos como a introdução progressiva de espécies exóticas, revendo alguns fatores conhecidos envolvidos na emergência e reemergência de doenças infecciosas, tema que tem adquirido importância crescente, em virtude de sua óbvia relevância sanitária.

É certo que o uso apropriado de tecnologias e ferramentas pode conter, reverter e ser mais conservativo no uso dos recursos naturais, mas os investimentos necessários para seu desenvolvimento só serão reais se beneficiarem de alguma

forma a população. Continuamos a subestimar os impactos das ocupações humanas sobre o planeta: a correlação entre o uso indevido dos recursos e dos modelos produtivos e políticos desenvolvidos pela espécie humana com a nossa sobrevivência.

Recentes estudos em saúde comprovam que são necessários novos modelos de conhecimento e desenvolvimento centrados em estudos que incorporem o ambiente.

Para CHAME (2002),

Os agravos á saúde podem ser decorrentes das relações e estresses sociais, econômicos, culturais e de contaminações por substâncias tóxicas encontradas no ambiente (naturais ou incorporadas pela ação antrópica). Os problemas são de impacto populacional e, assim, suas soluções relacionam-se às ações políticas e do manejo de *habitats* – saneamento, tecnologias limpas para o controle e uso de substancias tóxicas, reciclagem de materiais, construções de baixo impacto. Somente ações no nível de impacto populacional poderão resolver ou mitigar o problema

Conceitos como desenvolvimento e qualidade de vida devem ser ampliados para abrigar um enfoque ecossistêmico da saúde, constituindo-se em uma proposta ambiciosa assegurando a participação de profissionais e população na ação, sendo uma proposta ética e politicamente comprometida com a construção de um lugar sustentável no presente e no futuro.

4. OBJETIVOS

O objetivo deste trabalho é pesquisar e avaliar como o programa RADIS da Fiocruz lida e divulga a informação sobre a relação Saúde e Meio Ambiente (S&A).

4.1 OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Analisar a visão sobre essa relação dos leitores das revistas Súmula e Radis, de dezembro de 1986 até fevereiro de 2008 através da troca de correspondências entre eles e os editores e os leitores, ganhando indícios sobre as mudanças da percepção pública das ligações entre S&A.

- Discutir se a forma de confecção das matérias está atingindo o objetivo primordial do programa que é difusão científica.

- Quantificar as matérias e as temáticas das edições do período e se houve também uma nova forma de abordagem pela direção da revista no material publicado sobre as questões de S&A.

5 . METODOLOGIA

- Foram escolhidas, por pesquisa de observação, duas revistas do programa: *Súmula* e *Radis*.

- Nestas revistas serão classificadas as matérias que apresentaram abordagens com a temática Saúde e Meio Ambiente no período de dezembro de 1986 a outubro de 2007. As matérias serão separadas e analisadas segundo temas que relacionem as áreas de saúde e de meio ambiente.

- Serão utilizadas nove palavras – chave que aparecem nas matérias relacionadas a temática de saúde e meio ambiente segundo o índice remissivo das publicações. Sendo estas palavras,

Agrotóxico que para AULETE (2004) refere-se a produto químico usado para combater pragas na lavoura.

Biodiversidade que representa a “diversidade de organismos vivos e espaços em que vivem, que compreende a variedade de genes dentro de espécies e, populações; de espécies animais, vegetais e de microorganismos; de processos ecológicos num ecossistema, e de comunidades e ecossistemas, MOUSINHO (2002).

Desenvolvimento Sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. (Relatório Brundtland, de 1987).Ele contém dois conceitos-chave:

1- o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade;

2- a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (...)

Ecologia, ramos das ciências que estuda a estrutura e o desenvolvimento das comunidades humanas em suas relações com o meio ambiente e sua conseqüente adaptação a ele, assim como novos aspectos que os processos tecnológicos ou os

sistemas de organização social possam acarretar para as condições de vida do homem, AURÉLIO (2004).

Lixo que para MOUSINHO (2002) é qualquer material resultante de atividades humanas descartado ou rejeitado por ser considerado inútil ou sem valor. Pode estar em estado sólido ou semi-sólido e ser classificado de acordo com sua composição química (orgânico e inorgânico), sua fonte geradora (residencial, comercial, industrial, agrícola, de saúde, etc.) e seus riscos potenciais ao ambiente (perigosos, inerte e não inertes).

Meio Ambiente que de acordo com AULETE (2004), “é o conjunto das condições ambientais da natureza, em sua interação com o homem”.

Mudanças Climáticas são mudanças que superam, para um determinado intervalo de tempo, a variabilidade natural do clima, e cuja origem possa estar relacionada, direta ou indiretamente, a alterações na composição da atmosfera mundial decorrentes de atividade humana, MOUSINHO (2002).

Poluição que segundo SANTOS *et al* é (1993) qualquer alteração ambiental provocada por ação humana, que prejudique os seres vivos ou a utilização dos recursos do ambiente alterado.

Para MOUSINHO (2002), *Preservação* é a estratégia de proteção dos recursos naturais que prega a manutenção das condições de um determinado ecossistema, espécies ou área, sem qualquer ação ou interferência que altere o *status quo*. Prevê que os recursos sejam mantidos intocados, não permitindo ações de manejo.

- Serão analisadas as cartas enviadas ao editor desde 1985 até dezembro de 2008 e também separadas e analisadas por temas que relacionem a S&A.

6. RESULTADOS ESPERADOS

Obter uma análise completa sobre os temas que mais aparecem nos períodos pesquisados, se há variação de percepção em relação à importância e ao conhecimento da temática pelos leitores é um dos objetivos.

Também se espera obter a variação da qualidade e da quantidade de matérias de S&A que apareceram durante o período.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAUJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. *Nosso Futuro Comum*. Disponível em: <www.onu-brasil.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2005.

BUENO, Wilson da Costa. *Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática*. Disponível em: <www.ecoviagem.com.br>. Acesso em: 05 mar. 2005.

BUENO, Wilson da Costa. *A cobertura da saúde na mídia brasileira: sintomas de uma doença anunciada*. São Paulo. Disponível em www.jornalismocientifico.com.br. Acesso em 14 de nov de 2006.

CHAME, Márcia. Dois séculos de crítica ambiental no Brasil e pouco mudou. .In *Saúde e Ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p.55-61.

CONFALONIERI, Ulisses. A Crise Ambiental e suas repercussões na saúde humana. .In *Saúde e Ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. p. 51-54.

ERBOLATO, Mario. *Jornalismo Especializado: emissão de textos no jornalismo impresso*. São Paulo: Atlas, 1981.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. *Jornalismo Ambiental, ética e cidadania*. Disponível em: <www.jornalismocientifico.com.br>. Acesso em: 08 jul. 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MIRANDA, Ary Carvalho de. *Saúde e Ambiente sustentável: estreitando nós*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In *Meio Ambiente no século XXI*. São Paulo: Autores Associados, 2002. 340p. p. 333-367.

OLIVEIRA, Fabiola de. *Jornalismo Científico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Thais H.F ; MOISES , Hélvio N. *Novo manual cultural Biologia*. São Paulo: Nova Cultural, 1993.

SOUSA, Moraes Cidoval e FERNANDES Assis Martins Francisco. *Mídia e Meio Ambiente: Limites e possibilidades*. Disponível em www.unitau.br. Acesso em 20.02.2007.

TRIGUEIRO, A. (Coord.) *Meio Ambiente no século 21*. Rio de Janeiro. Ed. Sextame, 2003.

TRIGUEIRO, A. *Mundo Sustentável*. São Paulo. Ed. Globo, 2005.

8. CRONOGRAMA

Atividades	2008											
	Jan	fev	mar	Abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Levantamento bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X					
Preparo de material/pesquisa			X	X	X	X						
Análise das matérias			X	X	X	X	X	X	X	X		
Análise das cartas			X	X	X	X	X	X	X	X		
Entrevistas com os profissionais do projeto			X	X	X	X	X	X	X			
Avaliação dos resultados e interpretação estatística										X	X	X

9. ORÇAMENTO

CAPITAL (Equipamentos)

01 (um) computador com configuração mínima de 1 Gb de RAM, com HD de 120 Gb , DVD recorder, entradas USB, conectado à internet ----- R\$ 3.000,00

01 (um) impressora multifuncional -----R\$ 500,00

Material de consumo-----R\$ 1.000,00

TOTAL-----R\$ 4.500,00